

## Diplomados universitários e sobre-educação

**Carlos Manuel Gonçalves**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

### Resumo

A sobre-educação dos diplomados do ensino universitário constitui presentemente uma temática relevante no domínio das ciências sociais. Determinantes e consequências, em termos pessoais e sociais, dessa situação são objeto de análise pela literatura de referência. Enquadrado pelas dinâmicas do mercado de trabalho, abordaremos, numa leitura exploratória, a incidência da sobre-educação em Portugal ao longo do passado recente e ao nível dos diplomados da Universidade do Porto, em 2014, cerca de cinco anos após a obtenção da sua titulação académica.

Palavras-chave: sobre-educação; diplomados universitários; Portugal.

### *University graduates and overeducation*

### Abstract

Overeducation of university graduates is currently an important subject in the social sciences. Determinants and consequences, in personal and social terms, of this situation are analyzed by reference literature. Within the framework of the labor market dynamics, we will explore in an exploratory reading the incidence of over-education in Portugal during the recent past and at the level of graduates of the University of Porto in 2014, about five years after obtaining their degree.

Keywords: overeducation; university graduates; Portugal.

### *Diplômés universitaires et suréducation*

### Resumé

La suréducation des diplômés universitaires est actuellement un sujet pertinent dans le domaine des sciences sociales. Déterminants et conséquences personnels et sociaux, de cette situation sont l'objet d'une analyse par la littérature de référence. Encadré par les dynamiques du marché du travail, nous aborderons, dans une

lecture exploratoire, l'incidence de la suréducation au Portugal au cours des dernières années au niveau des diplômés de l'Université de Porto, en 2014, cinq ans après l'obtention de votre diplôme académique.

Mots-clés: suréducation; Portugal; diplômés universitaires.

### *Titulados universitarios e sobre-educación*

#### **Resumen**

La sobre-educación de los titulados universitarios constituye actualmente una temática relevante en el ámbito de las ciencias sociales. Determinantes y consecuencias, en términos personales y sociales, de esa situación son objeto de análisis por la literatura de referencia. En el marco de las dinámicas del mercado de trabajo, abordaremos, en una lectura exploratoria, la incidencia de la sobre-educación en Portugal a lo largo del pasado reciente y al nivel de los diplomados de la Universidad de Oporto, en 2014, cerca de cinco años después de la obtención de su titulación De la universidad.

Palabras claves: sobre-educación; titulados universitarios; Portugal.

As múltiplas relações entre o mercado de trabalho e as qualificações e competências adquiridas no sistema de ensino superior constituem uma problemática axial para a sociologia, bem como para outras ciências sociais. No seu seio, confrontamo-nos com a multiplicidade de estudos quanto à sobre-educação<sup>1</sup> que, no plano concetual, se refere aos sujeitos que possuem um nível de escolaridade superior ao requerido para o exercício das funções inerentes ao emprego que ocupam, num determinado momento da sua trajetória profissional. Neste artigo, iremos abordar tal temática tomando por referência empírica as posições no mercado de trabalho, em 2014, dos diplomados<sup>2</sup> da Universidade do Porto (UPorto)<sup>3</sup>, que obtiveram a correspondente

---

<sup>1</sup> Igualmente referenciada como desclassificação profissional ou desvalorização profissional ou, ainda, sobrequalificação académica. Se atendermos ao universo linguístico anglo-saxónico, recorrentemente é usado o termo *overeducation* ou *over-qualification* que se enquadra nas teses sobre “education mismatch” (para uma lista completa dos termos consulte-se Cedefop, 2012). Por sua vez, no espaço francófono mobiliza-se *suréducation* ou *surqualification* ou *déclassement* (Chabault, 2008; Vultur, 2014). Designações que são produtos de enfoques teórico-empíricos particulares sobre as relações entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho. Este não é propriamente o espaço para uma abordagem abrangente de tal aspeto.

<sup>2</sup> O termo diplomado refere-se a todos aqueles que detêm um título académico de nível superior. No caso específico da Universidade do Porto abrange licenciados e mestres.

<sup>3</sup> Utilizaremos, neste artigo, os dados obtidos pelo Observatório do Emprego da Universidade do Porto (Gonçalves e Menezes, 2014). O Observatório foi criado em 2009, por iniciativa da Professora Maria de Lurdes Correia Fernandes, Vice-Reitora da Universidade do Porto, e no seu âmbito de ação realizou-se um conjunto de estudos que permitiram, entre outros aspetos, a identificação dos processos de transição para o mercado de trabalho e das posições nele ocupadas pelos diplomados que obtiveram a sua titulação académica a partir do ano letivo de 2004-2005 (Gonçalves, Carlos Manuel, Menezes, Isabel e Martins, Clara, 2009, 2009a), 2010 e 2011; Gonçalves, Carlos Manuel e Menezes, Isabel, 2011, 2012 e 2014). Uma palavra de reconhecimento pelo apoio e incentivo por parte da Professora Maria de Lurdes Correia Fernandes, fundadora do Observatório. Agradecemos à Professora Isabel Menezes, coautora de todas publicações. Os nossos agradecimentos vão igualmente para o trabalho desenvolvido pela Dra. Maria Clara Martins e pelo Dr. Pedro Almeida Vieira da Universidade do Porto. O autor é o único responsável pelo texto que se apresenta.

titulação académica cerca de cinco anos antes (segundo semestre de 2008). Em primeiro lugar<sup>4</sup>, apresentaremos alguns dos principais eixos de problematização teórico-metodológica da sobre-educação, de seguida, refletiremos acerca da sua incidência em Portugal e no conjunto dos diplomados da UPorto. O texto é de natureza exploratória, não seguindo o cânone, especialmente em termos metodológicos, da esmagadora maioria dos contributos nas ciências sociais acerca do tema.

## 1. Notas teórico-metodológicas

Na União Europeia (UE) assiste-se a uma forte expansão do volume de diplomados do ensino superior nas últimas décadas. Diversos estudos, a partir desta constatação empírica, centram-se nos seus efeitos ao nível do mercado de trabalho, defendendo que um segmento daqueles se encontra sobre-educado (Groot e Brink, 2000; Quintini, 2011; ILO, 2014; McGuinness, 2006). No período de 2001 a 2011, na UE, a incidência média dessa condição<sup>5</sup> era de 15,0% e em 2013, de 15,5% (European Commission, 2012 e 2016), expressando uma evolução estável ao longo da presente década. Cerca de 29% dos que detinham um curso de nível superior, naquele último ano, estavam em sobre-educação<sup>6</sup>, registando Portugal cerca de 21,0%, o valor mais elevado da UE<sup>7</sup>. Por sua vez, os resultados do estudo do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), para 2014, usando um método diferente de medição<sup>8</sup>, são

---

<sup>4</sup> O nosso texto articula-se, em parte, com outro (Gonçalves, 2017) sobre os diplomados da UPorto centrado nas questões do desemprego, precariedade laboral, profissões e salários.

<sup>5</sup> Cf. European Commission (2012 e 2016). Dados obtidos a partir do European Labour Force Survey da responsabilidade do Eurostat. Diversas fontes possibilitam a obtenção de informação relativa à sobre-educação, bem como de outros elementos caracterizadores das relações entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho. Referimos: European Community Household Panel (ECHP) da UE; Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC) da UE, que substitui o anterior; Programme for International Student Assessment (PISA), da OCDE; Survey of Adult Skills (PIAAC), da OCDE; European Working Conditions Survey (EWCS), Eurofound; European Skills and Jobs (ESJ); Adult Educational Survey (AES), da UE; Continuing Vocational Training Survey (CTVS), da EU; European Values Study (EVS); The European Social Survey (ESS). Em Portugal, os Quadros de Pessoal e o Inquérito ao Emprego podem ser utilizados.

<sup>6</sup> A sub-educação (nível de escolaridade inferior ao requerido para o exercício das funções) englobava 21,0% do total da mão-de-obra.

<sup>7</sup> Notórias diferenças existem entre os países (European Commission, 2016: 231 e segs.): Finlândia (6,5%) e a República Checa (cerca de 8,0%) contrapõem-se, para além de Portugal, à Espanha e Grécia (ambos com cerca de 20,0%) e a Itália (cerca de 18,0%); ao grupo dos países da Europa do Sul, que contrasta com a generalidade dos restantes, junta-se o Reino Unido (cerca de 17,0%). A comparabilidade entre países deverá ser cautelosa, na medida em que os valores apontados incorporam especificidades nacionais quanto, por exemplo, à fase do ciclo económico, perfil da estrutura ocupacional, composição setorial da atividade produtiva, organização do sistema de ensino e das suas relações com o mercado de trabalho, a par das regulações institucionais que este último assume.

<sup>8</sup> Um dos principais problemas da análise da sobre-educação é especificamente o da sua medida. São usados os seguintes métodos (Hartog, 2000; Chevalier, 2003; Lemistre, 2007 e 2014, entre outros): o normativo,

parcialmente similares (Cedefop, 2015: 33)<sup>9</sup>: a desclassificação profissional abrangia 17% do total dos trabalhadores europeus; 23,6% dos que tinham o ensino superior (25,2% destes com idades entre os 24 e os 35 anos). No nosso país, 9,0% eram sobre-educados (ascendiam a 4,0% do total dos que tinham o ensino superior)<sup>10</sup>. Contratados a termo certo (ou em trabalho temporário), trabalhadores em ocupações pouco qualificadas e inseridos em pequenas empresas, jovens e adultos, em particular os que reingressam ao emprego após o desemprego, são os mais afetados pela sobre-educação<sup>11</sup>, o que igualmente se constata quanto aos que possuem um curso do ensino superior, em particular os que concluíram a sua formação no período da crise económica e financeira de 2009 e os de áreas científicas de formação, como as Humanidades e as Ciências Sociais (Cedefop, 2015). Para os países da América Norte, existem dados caracterizadores da sobre-educação, em geral, dos trabalhadores com o ensino superior, em particular, que traduzem as mesmas tendências europeias (ILO, 2013 e 2014; OECD, 2011; Leuven e Oosterbeek, 2011; Kucell, 2011; Quintini, 2011; McGuinness, 2006; Vultur, 2014).

Os denominados desajustamentos entre as qualificações e competências académicas e as necessárias para o desempenho de uma atividade ocupacional, em Portugal, são objeto de atenção por alguma literatura, que genericamente assenta numa perspetiva adequacionista entre sistema de ensino e sistema produtivo. Para além dos contributos que iremos acionar ao longo do nosso texto, e sem intenção de exaustividade, referenciamos os contributos de Kiker, Santos e Oliveira (1997), Oliveira, Santos e Kiker (2000), Santos e Oliveira (2002), Cerejeira, Sá e Alexandre (2007), Morgado *et al.* (2015), Sgobbi e Suleman (2013), Vieira (2005), Budría e Moro-Egido (2009), Ghignoni e Verashchagina (2014), Verhaest e Velden (2013), McGuinness, Bergin e Whelan (2015), OECD (2011), European Commission (2012 e 2016) e ILO (2013 e 2014). Contributos em que predominam a apresentação da incidência quantitativa da sobre-educação

---

que se baseia na comparação entre uma classificação das ocupações, pré-estabelecida, e os níveis de escolaridade; o estatístico, que aponta para a distribuição média ou modal dos sujeitos para cada uma das ocupações; o subjetivo, que assenta na autoavaliação dos inquiridos da relação, quanto à adequação ou não, entre a sua formação académica e o emprego que ocupam; e, por último, o misto que, em condições específicas de investigação, mobiliza dois métodos em simultâneo e para a mesma população, possibilitando o cruzamento dos respetivos resultados. Métodos que apresentam vantagens e desvantagens que produzem resultados diferentes, e, conseqüentemente, incomensuráveis entre si, motivo de discussão sobre o grau de importância da sobre-educação, (Verhaest e Omey, 2006; Chaboult, 2008; Cedefop, 2010). Flisi *et al.* (2014) apresentam uma lista de trabalhos, publicados recentemente, seriados de acordo com o método usado.

<sup>9</sup> Dados obtidos do inquérito European Skills and Jobs (ESJ), da responsabilidade do Eurofound, realizado em 2014, com o objetivo de recolher informação sobre as qualificações e competências dos trabalhadores com idade compreendida entre os 24 e os 65 anos (<http://www.cedefop.europa.eu>). Dados que expressam a opinião avaliativa dos inquiridos face à sua condição profissional (método subjetivo de medida da sobre-educação).

<sup>10</sup> As discrepâncias subsistem entre os países, veja-se Cedefop (2015).

<sup>11</sup> Por sua vez, a sub-educação é notória em trabalhadores mais idosos, com longas trajetórias profissionais, cujas competências já não se enquadram nos perfis ocupacionais atuais.

(variável conforme o método de medida usado, as fontes e o momento temporal de observação, recorrendo, por vezes, a comparações internacionais) e das suas relações com os salários, produtividade e satisfação face ao trabalho.

Berg (1970) e Freeman (1976) são os primeiros economistas a afirmar que a expansão do sistema de ensino dos E.U.A. tinha gerado, na década de 1960, um amplo conjunto de indivíduos cujas qualificações excediam as necessidades do sistema produtivo. Face ao excesso da oferta, tais diplomados eram forçados a aceitar empregos não consentâneos com a sua formação académica, sendo por isso menos produtivos, porque menos motivados, auferindo salários mais baixos comparativamente aos que tinham o mesmo nível de habilitações, mas não em sobre-educação, apresentando ainda uma acrescida mobilidade entre empregos. Coloca-se, assim, em causa os benefícios pessoais, monetários e sociais do incremento da escolarização face a, pelo menos, uma parcela da população: a educação não é propriamente um investimento estratégico e rentável. Rumberger (1981), por sua vez, prolonga a leitura de Freeman. Teses provocatórias face à teoria do capital humano de Becker (1964) e à visão entusiasta da sociedade pós-industrial de Bell (1976), defensoras da escolaridade como axial para o crescimento económico.

Em parte, as bases da problemática estavam lançadas com os contributos daqueles dois autores. As revisões da literatura elaboradas por Quintini (2011), Sloane (2002) e Chaboult (2008), abrangendo globalmente os últimos trinta anos, testemunham, no equacionamento da sobre-educação, a predominância dos estudos dos economistas especializados na área do emprego (com uma particular atenção às questões salariais e da produtividade) em detrimento dos sociólogos e outros *experts* em educação, a par de uma leitura por um lado, adequacionista das relações entre sistema de ensino e mercado de trabalho e, por outro, avaliadora do retorno do investimento económico em educação. Será a partir da década de 1980 que o tema começa a ser equacionado na Europa, de um modo mais amplo, elegendo os diplomados jovens como objeto analítico privilegiado. Um contexto social e económico marcado pelo desemprego e precariedade laboral, afetando principalmente os jovens, conjugado com o aumento considerável do volume de diplomados, consequência da expansão da procura do ensino superior, contribuíram principalmente para isso. Por exemplo em França, no seguimento das teses de Bourdieu (1978) sobre a desclassificação social desenvolvem-se análises, com denominador comum, constatando a ampliação da sobre-educação, particularmente ao nível dos trabalhadores mais jovens (Forgeot e Gautié, 1997), e a desvalorização dos diplomas (Baudelot e Glaude, 1989). No mesmo sentido, encontramos os contributos, por exemplo para o Reino Unido (Battu, Belfield e Sloan, 1999; Dolton e Silles, 2001) e para Espanha (Alba-Ramírez, 1993).

Tendo como enquadramento as teses do capital humano (Becker, 1964) ou do sinal (Spence, 1973) ou do emparelhamento/ajustamento ao emprego (Jovanovic, 1979) ou, ainda, da

competição pelo emprego (Thurow, 1975)<sup>12</sup> que, apesar das diferenças teórico-metodológicas, apresentam como eixo comum a defesa dos princípios globais da teoria da escolha racional (Coleman, 1990), alguns analistas elegem as opções e atributos pessoais dos assalariados como determinantes da sua sobre-educação<sup>13</sup>: características de personalidade (Blázquez e Budría, 2012); opção por um emprego menos qualificado de modo a obter experiência profissional, como meio de uma futura valorização no mercado de trabalho (Chevalier, 2003; Bauer, 2002); por razões de natureza familiar (Buchel e Battu, 2003), de manutenção de uma estabilidade contratual (perdida por ocupar futuramente um emprego qualificado mas precário) ou de recusa da mobilidade espacial (Croce e Ghignoni, 2012); ausência de competências particulares para um determinado emprego resultante, por exemplo, de uma fraca rendabilidade académica (baixas classificações) (McGuinness, 2006) ou de um trajeto académico com insucesso ou ainda, de um “ensino de má qualidade” (Verhaest e Eddy, 2004; Ordine e Rose, 2009); opção de não permanecer no desemprego e inserir-se num emprego sub-qualificante (Cedefop, 2010); incidência do género e idade (maior vulnerabilidade das mulheres e dos jovens à desqualificação) e da condição familiar (estado civil) (Leuven e Oosterbeek, 2011); escolha de uma área científica de formação, por exemplo Humanidades e Ciências Sociais, com uma baixa oferta de emprego (Reimer, Noelke e Kucel, 2008) ou de uma área que, no momento da sua eleição pelo sujeito, dá acesso a uma atividade laboral deficitária em profissionais, por isso não sujeita ao desemprego e provavelmente com salários elevados, mas que, passado algum tempo poderá já não ter esses atributos, mas continuar a ser objeto de atração à entrada na universidade (persiste nas representações sociais sobre o ensino como garantindo um “bom futuro profissional”, quase de modo intemporal), conduzindo então a um excesso de diplomados (Vultur, 2014); estratégias desajustadas de procura de emprego e ausência de informação sobre as qualificações e competências exigidas no mercado de trabalho mas também das relações deste com a formação académica (Esteban, 2013).

No caso do empregador, a última determinante é igualmente observável (concretizando informação lacunar sobretudo quanto aos perfis qualificacionais e de competências dos diplomados mais jovens), à qual se associa uma estratégia deliberada de alocação de diplomados desempregados, por falta de empregos qualificados, de modo a utilizar as suas qualificações e

---

<sup>12</sup> Para um desenvolvimento da mobilização das teorias indicadas consulte-se: Sala (2011); Kucell (2011); Arribas (2009); Almeida (2014).

<sup>13</sup> São estudos que partem da premissa: “(...) individual heterogeneity is taken account by assuming that two persons possessing the same number of years of education or similar credentials may have different skills and/or ability levels” (Ghignoni e Verashchagina, 2014: 671). Assim, contraria-se, em parte, outra premissa sobre a procura homogênea de emprego pelos diplomados: todos os indivíduos com o mesmo nível de habilitações, no nosso caso o ensino superior, apresentariam a mesma qualidade formativa e profissional.

competências a salários mais reduzidos (num processo de embaratecimento salarial da mão-de-obra). Isto traduz-se, por sua vez, na elevação do nível médio das habilitações académicas das profissões menos qualificadas, sem que se consubstancie uma alteração qualificante das tarefas (quanto à sua organização e natureza) em contexto de trabalho, ocorrendo, ao invés, uma valorização dos postos de trabalho por via de quem os ocupa. Para Forgeot e Gautié (1997), outra posição pode ainda ser considerada: a assunção, pelos empregadores, do abaixamento do nível das competências adquiridas no sistema de ensino, ao longo do tempo, conduzindo à sua preferência por empregados com níveis de qualificações académicas cada vez mais elevados<sup>14</sup>. Tese contestável na medida em que assenta numa representação estática das relações entre sistema de ensino e sistema produtivo (Bills, 2004).

As determinantes da sobre-educação, centradas nos sujeitos, permitem uma leitura com variantes conforme os quadros teórico-empíricos mobilizados, heurísticamente parcial, resultante da conceção individualista e utilitarista da sociedade que lhe está subjacente. Torna-se, portanto, imprescindível acionar uma outra, de índole macro e tendencialmente holística que, contudo, ocupa uma posição escassa na globalidade da literatura sobre a questão. Os contributos, por exemplo, de Marsden *et al.*, Oliver-Alonso e Guillotin (2002), Wolbers (2003), Vershaest e Van der Velden (2013), Davia, McGuinness e O’Connell (2010), Croce e Guignoni (2012), European Commission (2012) e Vultur (2014) vão nesse sentido, adotando, como premissa analítica, que a sobre-educação é uma das resultantes das configurações globais que tomam as relações entre a oferta e procura de emprego no mercado de trabalho, relacionando-as, por sua vez, com outras dinâmicas sociais de natureza institucional e política do capitalismo. Assim, o desajustamento quantitativo (volume da procura de emprego pelos diplomados que excede a oferta de empregos qualificados pelos empregadores) é interpretado como determinante da sobre-educação, o que é induzido por vários fatores explicativos, mas não em termos de um determinismo absoluto, de natureza conjuntural ou estrutural, que passaremos em revista<sup>15</sup>.

Em primeiro lugar, o deficit ou mesmo ausência continuada e sustentada de inovação tecnológica, organizacional e de produtos/serviços comercializados, falta de recursos financeiros para a contratação de trabalhadores, associada ou não a um período de contração da economia, a

---

<sup>14</sup> Ideia recorrente de uma degradação do capital académico das gerações mais novas face às mais velhas. Embora não empiricamente sustentável, e que corresponde, frequentemente, ou a uma conceção meramente utilitarista e adequacionista da escola face ao sistema produtivo ou então à não necessidade das novas qualificações e competências, porquanto as empresas se encontram obsoletas nos planos técnicos e organizativos.

<sup>15</sup> Abordaremos os fatores explicativos, embora de modo sintético. Sublinhe-se que são interdependentes, conforme o contexto temporal e económico-cultural em que se inserem e que lhes confere significado. Por sua vez, subsiste a impossibilidade metodológica de os isolar, o que provavelmente explica a já apontada não ampla adesão às análises macro da sobre-educação.

ser colmatada por uma possível flexibilidade salarial, e informação imperfeita sobre os perfis qualificacionais e de competências dos diplomados, em especial dos mais jovens, são aspetos indutores de sobre-educação (European Commission, 2012; ILO, 2013; McGuinness, 2006). Sublinhe-se que é o tecido produtivo que determina o volume e qualidade do emprego (Rosé, 1998). A expansão do volume de diplomados que ingressam no mercado de trabalho deve ser impulsionada pela oferta de empregos qualificados pelo tecido económico e social (difícilmente isso se pode obter quando o volume de diplomados cresce de modo rápido e extensivo). A destruição/criação/renovação da mão-de-obra é um processo complexo e interligado, com a reconfiguração dos sectores de actividade, da estrutura sócio-profissional e da demografia, que reflete, sobretudo, as diferentes fases do ciclo económico (European Commission, 2012; Cedefop, 2010).

Num contexto social caracterizado pela deterioração da atividade económica e pelo aumento do desemprego, entre outros aspetos, cresce a sobre-educação, funcionando como uma variável de ajustamento no mercado de trabalho tal como defendem, entre outros, Croce e Ghignoni (2012) e Diem e Wolter (2014) ao estudarem vários países europeus. A escassez de empregos qualificados leva os diplomados a aceitarem empregos menos qualificados face à sua formação académica (com a consequente desvalorização salarial). Por sua vez, um dos reflexos diretos disso, ao nível das empresas, encontra-se no desencadeamento ou na intensificação do *crowding out* face aos trabalhadores com menores qualificações académicas. Também a escassez de empregos qualificados pode conduzir os diplomados a manterem-se no sistema de ensino. É uma estratégia de defesa, face a uma depreciação imediata no mercado de trabalho, implicando, todavia, a existência de recursos financeiros do próprio, ou da sua família, para tal.

A denominada rigidez dos fatores institucionais do mercado de trabalho (negociação coletiva, alocação da mão-de-obra e salários) é indicada como geradora de sobre-educação (European Commission, 2012; Quintini, 2011), porquanto conduz a uma excessiva proteção do emprego e, consequentemente, a uma dificuldade acrescida de “ajustamento” entre a oferta e procura. Defende-se a flexibilidade daqueles fatores com ênfase para os salários. A redução, salarial, quando existe um excesso de diplomados, conduziria à disponibilização de um volume acrescido de empregos<sup>16</sup>. Tese contestada, em parte, por Assirelli (2015) e Verhaest e Velden (2013), que conferem uma maior importância ao contexto económico para a geração de emprego qualificado, do que propriamente a uma alocação mais barata de mão-de-obra. A natureza excessivamente segmentada dos mercados de trabalho, quanto, por exemplo, aos contratos de trabalho (precários/não precários), tempo de trabalho (tempo inteiro/tempo parcial), idade

---

<sup>16</sup> Deste modo, a sobre-educação seria temporalmente transitória tal como é defendida pela teoria do capital humano.



(jovens/mais velhos) e qualificação dos postos de trabalho (tarefas desqualificados/tarefas qualificadas) é entendida como uma causa da sobre-educação, atingindo, em particular os mais jovens e, dentro destes, os sem experiência profissional, o que é observável nos países europeus (European Commission, 2010).

Por último, determinados atributos do sistema de ensino superior concorrem para a sobre-educação (Ordine e Rose, 2011; European Commission 2012 e 2016): o aumento continuado do volume de diplomados, *de per si*, resultante da expansão da escolarização da população, tão peculiar ao tecido social europeu nas últimas décadas; o não ajustamento do sistema do ensino às necessidades da oferta de emprego quanto ao volume de diplomados (neste caso por excesso destes), às qualificações e competências necessárias, por exemplo pela não valorização de um ensino de cariz vocacional e profissionalizante, da não especialização da formação. Acresce a qualidade e prestígio dos cursos e das respetivas titulações académicas (McGuinness, 2006; Cutillo e Di Pietro, 2006). Atributos que são enformados por uma concepção adequacionista das relações entre ensino e sistema produtivo, que defende a supremacia do segundo, e que se opõe a uma outra de natureza autonomista consubstanciada na autonomia relativa entre eles (Gonçalves, 2009).

Mais recentemente é patente, no âmbito dos trabalhos anglo-saxónicos, um deslocamento da problemática da “education mismatch” (em que está integrada a sobre-educação) para a da “skill mismatch”<sup>17</sup>. A ênfase nesta última visa não só ultrapassar as dificuldades de medida da sobre-educação, mas fundamentalmente valorizar quer as competências, nas suas várias dimensões, em detrimento parcial do título académico (Vendramin, 2004), quer a heterogeneidade social da mão-de-obra. A literatura aponta para uma descoincidência entre aqueles dois conceitos, o que coloca novos desafios empíricos (Di Pietro e Urwin, 2006; Green e McIntosh, 2007; European Commission, 2012; Mavromaras, *et al.* 2010; Ghignoni e Verashchagina, 2014).

## 2. Sobre-educação em Portugal

A abordagem da sobre-educação dos diplomados implica, em primeiro lugar, revisitar o processo de recomposição da estrutura ocupacional no nosso país (Gonçalves, 2009)<sup>18</sup>. Na

---

<sup>17</sup> “Skill mismatch”: “a situation in which the level and/or type of skills and abilities of an individual is less or more than the required level of skills and abilities in the job” Composta por: “Over-skilling”: “a situation in which an individual is not able to fully utilise his or her skills and abilities in the current job”; “Under-skilling”: “A situation in which an individual lacks the skills and abilities necessary to perform the current job to acceptable standards”. Cf. European Commission (2012: 358).

<sup>18</sup> Na análise utilizaremos principalmente os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Sublinhem-se duas notas metodológicas. Primeira, após 2011 a metodologia do Inquérito ao Emprego da responsabilidade daquele organismo foi alterada, o que consequentemente impede um exercício comparativo concreto com os anos anteriores, sendo possível uma leitura global das principais tendências

continuidade das tendências do passado próximo<sup>19</sup>, na primeira década do século XXI, o operariado industrial e o emprego agrícola perdem importância, os trabalhadores dos serviços ampliam-se, o mesmo acontecendo para os três grupos profissionais mais qualificados (Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas<sup>20</sup>, Especialistas das profissões intelectuais e científicas e Técnicos e profissionais de nível intermédio), enquanto os não qualificados agregam cerca de um décimo da população empregada em 2015<sup>21</sup>. É um período temporal em que a dinâmica económica se deteriora (baixo crescimento económico ou mesmo estagnação económica, subida continuada da taxa de desemprego, perda de rendimentos), ao invés do último quinquénio do século XX. Em particular a partir do final do ano de 2008, acelera a degradação económica e financeira do país, num contexto internacional de instabilidade e incerteza. Em 2011, é adotado um Programa de Assistência Económica e Financeira<sup>22</sup> que conduziu à aplicação de medidas de “ajustamento estrutural”, principalmente baseado em restrições às despesas públicas, acréscimo substancial dos impostos diretos e indiretos e reconfiguração do mercado de trabalho com a consequente degradação das condições de vida da população. Assiste-se à redução da população ativa e empregada, ao acréscimo do desemprego, à persistência da precariedade laboral (assumindo-se como modelo para o (re)ingresso no emprego), à desvalorização salarial<sup>23</sup> e à alteração do padrão das relações individuais e coletivas do trabalho, no sentido sempre da sua flexibilização precarizante<sup>24</sup>. Sublinhe-se que, no caso do emprego, a erosão não ocorre em todos os grupos profissionais. O peso relativo de cada um dos grupos mais qualificados regista<sup>25</sup>, entre 2011 e 2014, um acréscimo, conquanto limitado, mas

---

de evolução do mercado de trabalho e da demografia. Segunda, uma situação de natureza idêntica verifica-se quando, em 2010, a Classificação Nacional de Profissões (CNP) é substituída pela Classificação Portuguesa de Profissões (CPP). Embora apresente limitações, optámos por manter as designações da CNP, com a ressalva metodológica apontada antes.

<sup>19</sup> Tenha-se em conta Gonçalves (2009).

<sup>20</sup> Na CPP, o Grande Grupo 1 incorpora os Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos.

<sup>21</sup> Tendências estruturantes observadas nas décadas anteriores.

<sup>22</sup> Recorde-se que em abril de 2011, face ao agravamento das condições económicas e do financiamento internacional e à crise da dívida soberana, o governo em exercício solicitou ajuda financeira externa. Inicia-se o apelidado período de ajustamento estrutural, não mais que de crise e austeridade.

<sup>23</sup> Mudanças significativas em variáveis estruturais do mercado de trabalho: decréscimo da taxa de atividade, de 66,7%, em 2011, para 65,5%, em 2015 (para tal concorreu o envelhecimento demográfico global e da população ativa, o estancamento da imigração, o aumento dos fluxos de desempregados para a inatividade, em especial dos desencorajados e mais velhos, intensificação da emigração; o prolongamento da escolaridade por parte dos jovens); a erosão do emprego com a respetiva taxa a evoluir de 61,2%, em 2011, para 51,6% em 2013, e a crescer positivamente para 58,1% após dois anos; forte e rápido aumento da taxa de desemprego, em 2013 registava 16,4% mais 4,5 pontos percentuais que em 2011, acabando por, em 2015, apresentar um valor mais reduzido de 12,6%. A taxa de desemprego dos diplomados passou de 9,0%, em 2011, para 9,3% após 4 anos, atingindo o valor mais elevado de 12,7%, em 2013. Cf. Eurostat.

<sup>24</sup> Ações que não deixaram também de concorrer para a expansão do desemprego e da precariedade laboral.

<sup>25</sup> Entre 2011 e 2015, os Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas passam de 295,3 mil para 296,3 mil indivíduos, os Especialistas das profissões intelectuais e científicas de 674,9 mil para 807,9 mil e os Técnicos e profissionais de nível intermédio, de 411,9 mil para 513,5 mil.

que adquire significado face à evolução contrária, por vezes bem acentuada, dos demais grupos, com exceção do Pessoal dos serviços e vendedores. Evolução de cariz idêntico verifica-se no contexto europeu (European Commission, 2012). Aspeto, em si, que merece uma reflexão detalhada, que não encontra espaço no presente texto.

**Quadro 1**  
**População empregada por grupo profissional (%)**

	2000	2010	2011 a)	2015
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	6,8	6,0	6,3	6,6
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	6,7	10,0	14,3	17,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	7,6	9,6	8,7	11,4
Pessoal administrativo e similares	9,8	9,2	8,3	7,6
Pessoal dos serviços e vendedores	13,1	15,9	16,4	17,2
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	11,4	10,9	9,9	7,0
Operários, artífices e trabalhadores similares	21,9	17,8	15,9	12,5
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	8,7	8,0	8,3	8,8
Trabalhadores não qualificados	14,0	12,6	11,9	11,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: a) quebra de série.

Fonte: INE

Numa leitura temporalmente mais ampla (entre o início dos anos 1990 e a atualidade), observa-se uma notória tendência de expansão dos grupos profissionais mais qualificados<sup>26</sup>, apresentando-se como uma das evidências empíricas da recomposição da estrutura ocupacional de Portugal, seguindo genericamente o padrão da UE<sup>27</sup>. É uma tendência não linear socialmente, na medida em que é produto de contradições e antagonismos, cuja discussão convoca, ainda que numa leitura com pendor descritivo, as principais dinâmicas ao nível da procura e da oferta de emprego, bem como o contexto sócio-económico (Oesch e Rodriguez, 2009).

É patente o crescimento acelerado e rápido, desde meados de 1980, do volume de diplomados (Gonçalves, 2009).<sup>28</sup> Neste processo, a expansão institucional do ensino superior e,

<sup>26</sup> Em 1991, 5,6% do total da população empregada estavam inseridos no grupo dos Especialistas das profissões intelectuais e científicas, 4,3% e 7,4% correspondiam respetivamente aos grupos dos Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas e dos Técnicos e profissionais de nível intermédio. Cf. INE, Recenseamento Populacional de 1991.

<sup>27</sup> Em 2015, 40,7% da população empregada inseriam-se nos grupos profissionais mais qualificados (*Managers, Professionals e Technicians and associate professionals*), mais 6,3 pontos percentuais do que em 2000.

<sup>28</sup> Em 1998, do total da população ativa, 70,7% tinham completado um dos ciclos do ensino básico, 10,9% o secundário e 8,7% o superior. Em 2014, o peso do básico reduziu-se para 48,7%, enquanto os outros evoluíram no sentido da subida, 25,3% e 24,0% para o secundário e superior (um incremento de 268%). Principalmente para o secundário, temos uma posição distanciada face ao valor médio da UE (em 2014 de

simultaneamente, o alargamento da base social do recrutamento do estudentado são cruciais, não obstante subsistir uma tendência pesada de reprodução social (Mauritti e Martins, 2007; Gonçalves, 2009)<sup>29</sup>. Por sua vez, do lado da oferta de emprego, aponta-se a modernização organizacional e tecnológica de alguns dos sectores do tecido empresarial, que assenta na mobilização de novos conhecimentos científicos e técnicos e de competências profissionais específicas, não produzidos em contexto de trabalho, que implicou a contratação de mão-de-obra com habilitações académicas de nível superior<sup>30</sup>. Modernização que está associada ao aumento da competitividade, nacional e internacional, da internacionalização dos mercados, da terciarização, entre outros aspetos, que ganha uma expressão mais densa com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, em 1986. Genericamente uma mobilização de natureza idêntica está subjacente à expansão e diversificação das áreas de ação do Estado, por exemplo no quadro do desenvolvimento do Estado-providência, mesmo com as suas insuficiências, o que correlativamente vai também sustentar o crescimento dos grupos profissionais mais qualificados<sup>31</sup>. É reconhecida a necessidade de utilização, pelo sistema produtivo, de novas qualificações e competências de modo a sustentar, quer a criação de novos empregos, quer a requalificação dos já existentes (novas configurações dos conteúdos dos empregos no sentido da sua complexificação/diversidade e a inclusão de novas tarefas). O elemento essencial encontra-se nas transformações da natureza das atividades das ocupações (Allen e Weert, 2007). A relevância deste processo nas designadas profissões intermédias, em contexto europeu, é defendida por Teichler (2007) nos seus estudos sobre o emprego dos diplomados. Em suma, a natureza dos processos apontados induz a alocação, pelas organizações, de indivíduos mais qualificados

---

48,2%). A taxa de abandono precoce de educação e formação (18 aos 24 anos) reduziu-se para 17,4%, em 2014, mas no início do século XXI situava-se nos 43,6%. Este é um dos principais problemas do sistema de ensino com consequências diretas na qualificação académica da população ativa. Ao nível da UE (27 países) existe um aumento relativo dos ativos com o ensino superior – de 20,7% em 2000 para 32,0% em 2015. Cf. informação publicada no Eurostat.

<sup>29</sup> O volume de diplomados evolui de 32.662, em 1994, para 75.906 em 2014, representando 1,9 diplomados por mil habitantes e 7,4 por mil habitantes, respetivamente, para cada um daqueles anos (Dados estatísticos recolhidos do INE). Por sua vez, na UE (28), em 2003, existiam 3.437,7 mil diplomados e passados onze anos 4.752,4 mil, isto é, uma variação de 38,2%.

<sup>30</sup> No âmbito do processo de recomposição do tecido industrial, a par da destruição de setores “mais pesados” como a metalurgia, a construção e reparação naval, por exemplo, é patente o renovar de segmentos empresariais dos ditos setores tradicionais (o caso do calçado e do vestuário), nos planos da inovação organizacional e dos produtos, bem como de estratégias de comercialização, em contexto internacional, que passou pela falência de empresas e pela redução significativa do volume da mão-de-obra (efeitos da adesão de Portugal, em 1986, à Comunidade Económica Europeia, entre outros), criando-se clusters que têm uma importância no desenvolvimento regional na década mais recente.

<sup>31</sup> Em 1986, a Administração Pública Central tinha 384.448 trabalhadores dos quais 153.410 com o ensino superior (39,9%). Em 2014, estes ascendiam a 276.949 num total de 497.072 (55,7%). Evolução importante que ilustra a capacidade de atração de mão-de-obra qualificada. Cf. Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

academicamente, em que estão incluídos os que têm um curso de nível superior, sem os conduzir à desclassificação profissional.

Por sua vez, é de considerar hipoteticamente a importância que a expansão das tecnologias tem para o aumento da oferta de empregos para os trabalhadores mais qualificados. Inovação tecnológica requer a contratação de mão-de-obra mais qualificada, embora não seja um imperativo, na medida em que as empresas poderão requalificar os trabalhadores que as integram. Saliente-se o não consenso sobre os efeitos da tecnologia na estrutura ocupacional nos países capitalistas mais desenvolvidos. Contrapõem-se duas teses: por um lado, a do “*occupational upgrading*” alicerçada na conceção “*skill-biased technological change*” (crescimento das ocupações mais qualificadas/remuneradas ocorre em detrimento das ocupações menos qualificadas/remuneradas) (Gallie *et al.* 1998); por outro, a da polarização que ancora na “*routine-biased technological change*” (quer as ocupações mais qualificadas/remuneradas quer as menos qualificadas/remuneradas crescem, enquanto diminuem as ocupações com uma posição intermédia na estrutura ocupacional, por exemplo trabalhadores de escritório) (Goos e Salomons, 2009)<sup>32</sup>. O determinismo linear subjacente a tais enfoques é contrariado por estudos mais recentes, centrados em alguns países europeus, sublinhando a pluralidade de padrões de evolução das estruturas ocupacionais, marcados pela complexidade, singularidade e primazia ou não de cada uma daquelas teses (Oesch e Rodriguez, 2009; Fernández-Macías, 2012), que se cruzam, por sua vez, com as características do mercado de trabalho (intervenção do Estado, precariedade, feminização, estrutura ocupacional, entre outras) (Eurofound, 2008 e 2015)<sup>33</sup>.

A melhoria do perfil educacional da população empregada é transversal a todos os grupos profissionais (Anexo I)<sup>34</sup> - sobressai a redução do peso dos empregados com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico e a ampliação substancial e

---

<sup>32</sup> Consulte-se igualmente Oliveira, Santos e Kiker (2000).

<sup>33</sup> As interações entre tecnologia, natureza e organização do trabalho, e o volume do emprego são um dos temas estruturantes da sociologia do trabalho ao longo do seu percurso histórico. O uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação, com maior acuidade a partir dos anos 1980, é enformado por uma conceção simbólico-ideológica que as elege, de modo otimista e futuroológico, como intrinsecamente benéficas (criação de mais empregos qualificados, melhoria das condições de trabalho e redução do emprego desqualificado, por exemplo). Omitem-se outras leituras, mais reflexivas e críticas (sem enveredarem por um ludismo renovado), que trazem para debate a diversidade dos modos de uso das tecnologias em contextos de trabalho, o surgimento e amplificação de novas formas de desqualificação, do exercício do poder organizacional e de expansão da precariedade contratual e salarial, o que, num registo mais recente, se começa a conhecer por “uberização do trabalho e da sociedade na sua globalidade” (Teboul, 2016). Sobre as transformações do trabalho e tecnologias de informação e conhecimento consulte-se Kovacs (2002).

<sup>34</sup> Utilizamos a Classificação Internacional Normalizada da Educação, estabelecendo três conjuntos: até ao 3º ciclo do ensino básico inclusive; ensino secundário e post-secundário não superior; ensino superior.

rápida dos diplomados caracterizada (Quadro 2)<sup>35</sup>. Como seria de esperar, os grupos profissionais mais qualificados (especialmente os Especialistas das profissões intelectuais e científicas) concentram a maioria dos diplomados. Consideramos, nos planos analítico e classificatório, que os diplomados incluídos nos restantes grupos se encontram numa situação de sobre-educação no mercado de trabalho.<sup>36</sup> Estes, em ambos os períodos temporais (2000 a 2010 e 2011 a 2015), aumentam<sup>37</sup>, reforçando a sua posição relativa no conjunto dos diplomados e no da população empregada<sup>38</sup>. A quase totalidade concentra-se no Pessoal administrativo e similares e no Pessoal dos serviços e vendedores, ampliando-se o seu peso ao longo do tempo. Por sua vez, do contingente total de diplomados ingressados no emprego, 19,7% (no primeiro período temporal) e 17,9% (no segundo período) são alocados aos grupos profissionais menos qualificados. Idêntica evolução ocorre na UE no contexto de crise (2007 a 2011): um quarto do crescimento da população empregada com o ensino superior ocorreu nos grupos profissionais menos qualificados e o restante nos mais qualificados (European Commission, 2012: 356)<sup>39</sup>. Entre nós, vários estudos abordam a sobre-educação dos diplomados, mobilizando métodos de medida e populações inquiridas diferentes, como, por exemplo, Cerejeira, Sá e Alexandre (2007), Gonçalves (2009) e Almeida (2014), para além dos textos do Observatório de Emprego da Universidade do Porto, já mencionados<sup>40</sup>.

---

<sup>35</sup> A taxa de variação, entre 2000 e 2010, é de 76,0%. Nos cinco anos seguintes situa-se nos 27,6%. Valores muito superiores à evolução do total da população empregada: 2,7% e 4,0% respetivamente para o primeiro e segundo período (Cf. INE).

<sup>36</sup> Para medir a sobre-educação usamos o método normativo num sentido meramente exploratório atendendo às lacunas que o mesmo apresenta. Estão nessa situação os empregados com o ensino superior que integram os grupos profissionais do Pessoal administrativo e similares, Pessoal dos serviços e vendedores, Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, Operários, artífices e trabalhadores similares, Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e Trabalhadores não qualificados (seguimos a metodologia de Eurostat, 2011 e Lemistre, 2014). Usamos como fonte o Inquérito ao Emprego do INE. Sublinhe-se que aqueles grupos são identificados como grupos em que não é necessário a posse de um título académico de nível superior para o desempenho das respetivas tarefas. As nomenclaturas profissionais apresentam uma classificação estruturada e ordenada do mundo do trabalho, de acordo com determinados pressupostos objetos de lutas sociais, protagonizadas pelos grupos profissionais e outros atores sociais, como o Estado e as entidades empregadores. São fundamentalmente instrumentos políticos e legitimadores de sistemas de desigualdades sociais.

<sup>37</sup> Em 2000 eram 36 mil indivíduos e em 2010, 105 mil indivíduos. Entre 2011 e 2015 passam de 104 para 147 mil indivíduos (cf. INE).

<sup>38</sup> Regista-se um andamento no sentido da subida, embora com valores reduzidos. Atributo que não deve desqualificar, em absoluto, a problematização da questão que temos vindo a equacionar.

<sup>39</sup> A par disto, e tal como aconteceu entre nós, a proporção de empregados com qualificações académicas mais baixas diminuiu nos grupos profissionais mais qualificados em cerca de 26% (European Commission, 2012: 356).

<sup>40</sup> Veja-se também Teixeira *et al.* (2014), bem como outros textos que, num exercício comparativo entre países incluindo Portugal, analisam a sobre-educação: Bárcena-Martín, Budría e Moro-Egido (2012); Budría e Moro-Egido (2009); Verhaest e Velden (2013); McGuinness, Bergin e Whelan (2015); Croce e Ghignoni (2012); Ghignoni, (2011).

**Quadro 2**  
**População empregada civil - ensino superior e sobre-educação**

	2000	2010	2011 a)	2015
População empregada civil com o ensino superior (1.000 indivíduos)	459,2	808,4	886,2	1128,3
População empregada civil com o ensino superior no total da população empregada civil (%)	9,2	16,6	18,8	25,0
Diplomados em sobre-educação no total da população empregada civil (%)	0,7	2,2	2,2	3,3
Diplomados em sobre-educação no total da população empregada civil com o ensino superior (%)	7,9	13,0	11,8	13,1

Legenda: a) quebra de série.

Fonte: INE. Inquérito ao Emprego.

Não é de excluir, num plano hipotético, que no caso, em particular, do grupo do Pessoal administrativo e similares exista uma requalificação da natureza das atividades laborais, em algumas empresas, o que conduz a uma necessidade de alocação de mão-de-obra com o ensino superior. O uso das tecnologias de informação e comunicação, o redesenho dos postos de trabalho, no sentido da sua polivalência, o privilegiar das competências transversais e relacionais podem ter contribuído para tal.

Por sua vez, quando o crescimento dos níveis de escolaridade, ao nível das organizações empregadoras, não é produto de uma ampla transformação produtiva, no sentido de requalificação dos postos de trabalho (associada a elevadas taxas de desemprego e ao tempo longo de transição entre o sistema de ensino e o emprego) tal conduz ao prolongamento do tempo em sobre-educação para os mais jovens, em particular. Esta é uma das características de Portugal, Grécia e Itália que os distingue da Espanha e da Holanda, no período de 1995 a 2001, em que a força motriz é a oferta de empregos qualificados pelos empregadores, conduzindo a uma menor duração da desvalorização profissional, de acordo com Ghignoni (2011).

Em suma, os dados apontados indiciam uma situação de sobre-educação para uma parcela dos diplomados empregados, que se expandiu nos anos mais recentes. Hipoteticamente podemos avançar que isso reflete um conjunto de fatores relacionados entre si como a deterioração da situação económica, a incapacidade do sistema produtivo em disponibilizar empregos qualificados<sup>41</sup>, a ampla oferta de diplomados, por parte do sistema de ensino (com particular destaque para áreas científicas de formação com notórios problemas de inserção no mercado de trabalho) que excede a capacidade de absorção por parte do sistema económico, o agravamento do desemprego, conduzindo uma parcela dos diplomados a aceitarem empregos menos

<sup>41</sup> Naquele processo sublinhe-se que posteriormente a 2001, por contenção orçamental, a administração pública restringe os fluxos de contratação de diplomados com particular nota para a área do Ensino (que absorvia precisamente muitos diplomados com cursos das Humanidades e Ciências Sociais)

qualificados (“empregos de oportunidade”) face à sua formação académica (com a consequente desvalorização salarial)<sup>42</sup> e, por último, as estratégias de recrutamento e uso da mão-de-obra pelas empresas, num contexto de erosão do emprego, que tendem a substituir os trabalhadores menos escolarizados por outros com o ensino superior (sem que isso corresponda a uma efetiva alteração da natureza e organização das tarefas no sentido do acréscimo sua qualificação técnica e organizativa).

### **3. Sobre-educação dos diplomados da Universidade do Porto<sup>43</sup>**

Em maio de 2014, cerca de 67 meses após a conclusão do seu curso, do total de diplomados da UPorto que constituem a nossa amostra intencional, 80,2% estavam empregados, 10,2% desempregados e os restantes eram estudantes (a quase totalidade em doutoramento) ou estagiavam. Uma ampla parcela deles trabalhava em empresas privadas (70,9%), a Administração Pública absorvia cerca de um terço e outras organizações (em que pontificam as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Organizações não Governamentais) ficavam-se pelos 2,8%. Por sua vez, após a conclusão do curso em 2008, 35,6% tiveram três ou mais empregos, expressando uma notória mobilidade no mercado de trabalho, enquanto 37,6% e 26,9% ocuparam um ou dois empregos, respetivamente.

Esta breve caracterização das posições no mercado de trabalho é importante para o equacionamento da avaliação subjetiva que os diplomados fazem da relação entre o seu curso e

---

<sup>42</sup> Recorde-se que a taxa de desemprego dos diplomados passou de 9,0%, em 2011, para 9,3% após 4 anos, atingindo o valor mais elevado de 12,7%, em 2013 (Cf. Eurostat). Ao nível do mercado de trabalho os diplomados, comparativamente aos restantes trabalhadores com níveis de habilitações académicas inferiores, são menos vulneráveis ao desemprego em Portugal e nos demais países da EU e da OCDE (consulte-se Eurostat e <http://www.oecd.org>). Tal evidência empírica peca pela generalização que lhe está subjacente, encobre notórias desigualdades tendo em conta a idade. Os escalões etários dos diplomados jovens registam taxas de desemprego superiores à taxa de desemprego total - em 2015, esta era de 9,3%, enquanto dos 20 aos 24 anos, 25 aos 29 anos e 30 aos 34 anos era respetivamente de 30,2%, 15,6% e 10,8%. Cf. Eurostat.

<sup>43</sup> Como indicamos acima, baseamos a nossa análise, em termos de dados, num estudo do Observatório de Emprego da Universidade do Porto (Gonçalves e Menezes, 2014), que abrange a totalidade dos diplomados da Universidade do Porto que concluíram a sua formação académica no segundo semestre de 2008 (num total de 5.003 indivíduos) e foram inquiridos em maio de 2014. A reflexão que desenvolveremos centra-se unicamente numa fração deste universo: os licenciados por cursos não abrangidos pela reorganização do ensino superior (reconhecida pelo processo de Bolonha), com uma duração de quatro a cinco anos, os mestres (2º ciclo de estudos) com dois anos e os mestres (mestrado integrados) com cinco anos, num total de 3.482 indivíduos. Da aplicação do inquérito por questionário a esta população obteve-se uma amostra intencional de 1.229 indivíduos (taxa de resposta de 35,3%). As notas metodológicas sobre o estudo do Observatório, acima indicado, e que se aplicam ao presente texto, podem ser consultadas em (Gonçalves e Menezes, 2014).



as funções profissionais que desempenham no momento da inquirição<sup>44</sup>. A maioria (65,4%) admite a compatibilidade plena entre o seu curso e o emprego, isto é, a exclusividade académica para o exercício da sua atividade profissional (Quadro 3). Os restantes, por sua vez, fragmentam-se em dois segmentos<sup>45</sup> sobre os quais iremos reter a nossa atenção a partir daqui. O primeiro segmento é composto por 17,9% dos diplomados que admitem a não existência de uma relação direta entre o seu curso e o emprego que desempenham, na medida em que consideram que este pode ser ocupado por um sujeito com um curso de ensino superior de uma área científica de formação diferente da sua. Vários autores denominam isso de “*horizontal mismatch*” ou “*horizontal overeducation*” (Beduwe e Giret, 2011; Morgado *et al.* 2015; Cedefop, 2015) – descoincidência ou desajuste entre a natureza da área de formação académica (não o nível de ensino, que está ajustado) e as qualificações e competências exigidas no emprego. Embora possa ser interpretada como sobre-educação, consideramos que será provavelmente indiciador da intermutabilidade entre formações académicas para o desempenho de uma mesma atividade profissional (Gonçalves, 2006)<sup>46</sup>. Em contexto organizacional, fatores como, entre outros, a natureza da atividade comercial (produção de bens e serviços), a emergência de novas funções/áreas de atividade, ainda sem uma formação académica específica (o caso do marketing e dos recursos humanos até á década de 1980, em Portugal, por exemplo), a complexificação da organização e divisão de trabalho, os modos como se mobilizam e privilegiam os conhecimentos científicos e técnicos (com a primazia da polivalência), as competências transversais e relacionais (que não são particulares de um curso, mas valorizadas no mercado de trabalho), o grau de modernização tecnológica e organizacional e dos modelos de carreiras profissionais determinam. É de considerar, em simultâneo, os objetivos dos cursos do ensino superior e as competências dos diplomados formados. A importância relativa das Ciências sociais, comércio e direito (área científica de formação<sup>47</sup>) e dos Técnicos e profissões de nível intermédio (grupo profissional) estão no alinhamento do que acabámos de indicar.

---

<sup>44</sup> Usamos o denominado método subjetivo para a medição da sobre-educação. Estamos perante representações expressas pelos inquiridos que são influenciadas por fatores sócio-pedagógicos em que sobressaem a trajetória profissional após a saída da UPorto (marcada ou não pela estabilidade, precariedade e desemprego), grau de satisfação com o emprego e o modelo de profissão idealizado. Por outro lado, é de sublinhar que é uma população não debutante ao nível do mercado de trabalho, embora com uma experiência profissional limitada (cerca de cinco anos após a conclusão do curso para aqueles que tiveram uma rápida inserção no emprego). Aspeto que deve enquadrar a nossa análise.

<sup>45</sup> Face ao baixo número dos diplomados que consideram que o seu trabalho exige um nível de habilitações académicas superior ao seu, decidimos não incluí-los (corresponde a 23 indivíduos, 2,1% do total de inquiridos), sendo considerados, unicamente, para efeitos do cálculo dos valores absolutos e relativos totais.

<sup>46</sup> Tal intermutabilidade poderá ser sustentada pela reconversão profissional do diplomado, não conduzindo à uma desclassificação profissional.

<sup>47</sup> Utilizamos a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação.

**Quadro 3**  
**Género, áreas científicas de formação e grupos profissionais (%)**

	A	B	C
Diplomados (% em linha)	65,4	17,9	14,6
<i>n</i>	733	201	163
Género			
% de diplomadas	57,2	53,7	58,3
Áreas científicas de formação			
Artes e humanidades	10,0	12,9	34,4
Ciências sociais, comércio e direito	16,9	28,9	29,4
Ciências, matemática e informática	10,6	12,9	14,1
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	29,5	32,8	11,7
Saúde e protecção social	26,3	7,5	3,7
Serviços	6,7	5,0	6,7
Total	100,0	100,0	100,0
<i>n</i>	733	201	163
Grupos profissionais			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	1,4	6,3	3,0
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	93,6	77,8	30,7
Técnicos e profissões de nível intermédio	4,0	14,0	1,8
Pessoal administrativo	1,0	1,9	43,6
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	0,0	0,0	20,9
Total	100,0	100,0	100,0
<i>n</i>	713	197	157

Legenda: A (Somente com um curso idêntico ao do inquirido); B (Com outro curso do ensino superior); C (Com um grau académico inferior ao do inquirido).

O outro segmento abrange o que classificamos de sobre-educados (14,6%)<sup>48</sup>. Em primeiro lugar, as diplomadas são mais vulneráveis à desclassificação, o que é igualmente observável por Leuven e Oosterbeek (2012), embora não seja uma regularidade. Em segundo, destacam-se as áreas científicas de formação das Artes e humanidades e das Ciências sociais, comércio e direito (concentram 63,8% do total dos diplomados em sobre-educação), enquanto para os diplomados que defendem a compatibilidade, a importância relativa daquelas áreas é cerca de duas vezes e meia menos<sup>49</sup>. Está demonstrado empiricamente esse padrão, quase independente do momento

<sup>48</sup> Conquanto existam diferenças conforme os cursos, em termos médios aquele valor é aproximado aos obtidos nos estudos do Observatório do Emprego da Universidade do Porto. Consulte-se: Gonçalves, Menezes e Martins (2009, 2009a), 2010 e 2011); Gonçalves e Menezes (2011, 2012 e 2014).

<sup>49</sup> Os resultados de uma outra leitura dos dados permitem complementar a análise: do total dos diplomados da área das Artes e humanidades, 35,0% encontravam-se em sobre-educação, 45,6% em compatibilidade e o restante em intermutabilidade. Valores aproximados ao conjunto daqueles cujos cursos se inscrevem na área das Ciências sociais, comércio e direito, 20,3%, 24,6% e 52,5% respetivamente para a sobre-educação, intermutabilidade e compatibilidade. No polo oposto está a Engenharia, indústrias transformadoras e construção em que predomina a última situação com 70,1%, a intermutabilidade com 21,4% e a sobre-

temporal da investigação (retenha-se nos últimos vinte anos) e do método de medida usado. Os diplomados daquelas áreas, a que seja junta, por vezes, os da educação, registam uma maior incidência da sobre-educação (isto é, a não valorização, pelos empregadores, dos conhecimentos e competências adquiridos nesses cursos em confronto com as características dos seus sistemas organizacionais e produtivos) comparativamente aos das áreas da Saúde e das Engenharias (Boudarbat e Chernoff, 2009; Barone e Ortiz, 2010; Ortiz e Kucel, 2008; Cedefop, 2015; Nunez e Ilias, 2010). Facto que se verifica também para a nossa população. Os resultados do projeto CHEERS estão no mesmo alinhamento (Murdoch e Paul, 2007)<sup>50</sup>. A literatura também acentua a relação entre as áreas<sup>51</sup> e os posicionamentos no mercado de trabalho dos diplomados ao nível do desemprego (Nuñez e Elias, 2010), dos processos de transição do ensino para o emprego (Smetherham, 2006; Salas-Velasco, 2007; Gonçalves, 2009; Sousa, 2010; Almeida, 2014; Gonçalves, Menezes e Martins, 2009, 2009a), 2010 e 2011; Gonçalves e Menezes, 2011, 2012 e 2014; Ramos, Parente e Santos, 2014), do estatuto e prestígio das profissões e salários (Triventi, 2011). Em síntese, a área científica é uma das determinantes da sobre-educação, ganhando maior heurística se for cruzada com outras, em particular com a oferta de emprego, e se não ficar circunscrita apenas ao sistema de ensino e ao aumento do volume de diplomados<sup>52</sup>. Neste sentido, Assirelli (2015) conclui, a partir dos dados do REFLEX e do HEGESCO<sup>53</sup>, que os efeitos das áreas científicas na posições dos diplomados no mercado de trabalho, diferenciados conforme os países, refletem o grau de proteção institucional ao emprego, as formas de regulação das profissões e a amplitude de recrutamento daqueles para as funções do Estado-providência.

Como é expectável, uma parcela maioritária dos diplomados em sobre-educação encontra-se nos grupos profissionais menos qualificados inseridos no setor de serviços (empregados com funções administrativas e vendedores ocupam a posição cimeira). O peso dos Especialistas das actividades intelectuais e científicas porventura indicia uma avaliação pelos

---

educação queda-se pelos 6,2% (para não referir a Saúde e proteção social, em que os cursos de medicina, medicina dentária e farmácia evidenciam que a compatibilidade é esmagadora, 90,0%).

<sup>50</sup> “Higher Education and Graduate Employment in Europe” (CHEERS) abrangeu a situação no mercado de trabalho, em 2000, dos diplomados da Áustria, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha, Suécia, Reino Unido, Noruega, República Checa e Japão. Consulte-se Schomburg e Teichler (2006) e Teichler, eds., (2007).

<sup>51</sup> Como igualmente em relação aos níveis de titulação académica no seio do ensino superior.

<sup>52</sup> Kucel (2011) defende que existe uma relação entre as áreas científicas de formação, o capital escolar dos pais e a classe social de origem dos diplomados (as áreas da engenharia e da medicina escolhidas pelos diplomados das “higher social classes” e as humanidades e ciências sociais pelos das “low social classes”). Consequentemente estes estarão mais vulneráveis à sobre-educação.

<sup>53</sup> “Research into Employment and Professional Flexibility” (REFLEX) incidiu sobre as relações dos diplomados com trabalho, em 2005, abrangendo vários países (Áustria, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha, Suécia, Reino Unido, Noruega, República Checa, Bélgica (Flandres), Estónia, Portugal e Suíça) Veja-se: <http://www.uni-kassel.de/incher/cheers/index.ghk>. “Higher Education as Generator of Strategic Competences” (HEGESCO), de 2007, vem na sequência do outro projeto e inclui a Lituânia, Polónia, Hungria, Eslovénia e Turquia. Veja-se: <http://www.hegesco.org>

diplomados, no sentido em que as tarefas do seu emprego se afastam do perfil da designação profissional que usam para se auto-representarem, sem, no entanto, adotarem uma outra, necessariamente menos qualificada. Assim mantêm o valor intrínseco à sua designação profissional.

A precariedade contratual afeta menos os sobre-educados, ao invés de alguns países europeus (Cedofop, 2015). Nos anos mais recentes a precariedade laboral, entre nós, manteve-se em torno dos 20% dos do total dos assalariados, diferenciada de acordo com a idade, o género e o nível de habilitações escolares<sup>54</sup>. Entre 2008 e 2015, a proporção de diplomados (25 aos 49 anos)<sup>55</sup> precários naquele conjunto populacional evoluiu de 3,4% para 4,6% (em 2009 era de 3,7%), resultado que é influenciado pelo contexto de crise com as suas fortes influências no mercado de trabalho.

**Quadro 4**  
**Natureza do vínculo contratual e remuneração mensal líquida (%)**

	A	B	C
Natureza do vínculo contratual			
Contrato de trabalho sem termo	43,6	51,1	53,3
Contrato de trabalho com termo	45,9	38,9	38,8
Contrato de prestação de serviços (“recibos verdes”)	10,5	10,0	7,9
Total	100,0	100,0	100,0
<i>n</i>	688	190	152
Remuneração mensal líquida em euros			
Igual ou inferior a 500	6,3	6,6	13,4
De 501-800	15,4	19,8	35,7
De 801-1100	21,7	20,3	25,5
De 1101-1400	31,1	22,8	12,1
De 1401-1700	9,5	11,7	3,8
Igual ou superior a 1701	15,8	18,8	9,6
Total	100,0	100,0	100,0
<i>n</i>	713	197	157

Legenda: A (Somente com um curso idêntico ao do inquirido); B (Com outro curso do ensino superior); C (Com um grau académico inferior ao do inquirido).

Relacionar a sobre-educação com os salários é uma estratégia metodológica axial e mantém-se presente, ao longo do tempo, embora enformada por perspectivas teóricas diversas (Quintini, 2011). Recordem-se os contributos iniciáticos de Berg (1970) e Freeman (1976). Uma conclusão é comum (Groot e Brink 2000; Hartog, 2000; Quintini, 2011; Iriondo e Pérez-Amaral, 2015; Bárcena-Martín; Budría e Moro-Egido (2012); Dolton, 2001; Diem e Wolter, 2014): os

<sup>54</sup> Consulte-se o INE e Eurostat.

<sup>55</sup> Optamos por aquele escalão etário na medida em que corresponde parcialmente a estrutura etária da nossa população.

sobre-educados auferem um salário inferior aos que têm o mesmo nível de habilitações, mas não se encontram em tal situação, o que contraria manifestamente a teoria do capital humano<sup>56</sup>. O perfil da distribuição das remunerações líquidas mensais dos diplomados da UPorto sobre-educados vai naquele sentido. Em 2014, cerca de metade destes auferia menos de 801 euros, cerca do dobro dos inquiridos das outras duas categorias (a mesma proporção regista-se quanto ao escalão dos 500 e menos euros)<sup>57</sup>. No topo (escalão igual ou superior a 1.701 euros), as diferenças são identicamente expressivas da desvalorização salarial dos sobre-educados. É, por sua vez, a consequência imediata destes ocuparem atividades profissionais menos bem remuneradas. Em Portugal, ressalta que os diplomados, em termos genéricos, obtêm um salário mais elevado comparativamente aos que têm qualificações académicas inferiores<sup>58</sup>. Existe, todavia, uma redução desta relação: em 2010, os diplomados auferiam um rendimento 2,1 vezes superior aos que detinham o ensino secundário, em 2013 situava-se em 1,9 vezes (Eurydice, 2015)<sup>59</sup>. Hipoteticamente um dos efeitos da crise económica e social com a consequente desvalorização salarial e embaratecimento do custo da mão de obra. O estudo recente de Figueredo *et al* (2013) aponta para um decréscimo do prémio salarial dos diplomados (26 aos 36 anos) para o período de 1995 a 2009. Alguma literatura francófona (Canadá e França, em particular) discute a desvalorização salarial relacionando-a com a desclassificação<sup>60</sup>, em termos de mercado de trabalho, e a denominada desvalorização do diplomas. Uma oferta excessiva de diplomados, por parte do sistema de ensino (fruto das políticas massificadoras que possibilitaram, em particular, o acesso de jovens provenientes de classes sociais com fracos recursos económicos e culturais), face às necessidades do sistema económico, o que é denominado habitualmente por “inflação de diplomas”, conduz à desvalorização material e simbólica dos títulos académicos e, por sua vez, à desclassificação, mas também ao abaixamento da posição relativa que os diplomas em causa ocupam na hierarquia dos títulos académicos. Embora com algumas nuances, as reflexões, por

---

<sup>56</sup> Budría e Moro-Egido (2009) aprofundam aquela relação, demonstrando que a penalização salarial dos sobre-educados varia de acordo com o género, os escalões de rendimento e os países (neste caso europeus).

<sup>57</sup> Note-se que, em 2014, o salário mínimo nacional mensal situava-se nos 485,00 euros.

<sup>58</sup> Sobre as vantagens remuneratórias dos diplomados do ensino superior em Portugal, consulte-se os dados da OCDE (<http://www.oecd.org>). Carmo e Cantante (2015: 40) concluem que, para 2009, 60,0% dos trabalhadores com o ensino superior integravam o grupo dos 20,0% mais bem remunerados, enquanto só 8,7% dos que detinham o ensino básico estavam incluídos naquele grupo.

<sup>59</sup> Atenda-se que tal informação é meramente indicativa, no presente texto, na medida em que se refere à população empregada com 16 e mais anos não tendo em conta o efeito geracional tão relevante para o equacionamento dos mais jovens no mercado de trabalho. Conforme Gonçalves (2017), o valor médio da UE situava-se em 1,7% em 2010. Sobre as vantagens remuneratórias dos diplomados do ensino superior em Portugal, consulte-se os dados da OCDE (<http://www.oecd.org>), Portugal (2004), Torres (2007) e Lima (2010). Carmo e Cantante (2015: 40) concluem que, para 2009, 60,0% dos trabalhadores com o ensino superior integravam o grupo dos 20,0% mais bem remunerados, enquanto só 8,7% dos que detinham o ensino básico estavam incluídos naquele grupo.

<sup>60</sup> Equivalente à designação sobre-educação.

exemplo, de Duru-Bellat (2006) e Lemistre (2007), defendem essa tese. Tal não expressa uma postura malthusiana sobre a democratização do ensino. Pelo contrário evidenciam-se as vantagens sociais e económicas da sua expansão, mas, em simultâneo, considera-se imprescindível a sua problematização sociológica com especial ênfase nos modos como se entrecruza com o sistema de desigualdades sociais e a recomposição da estrutura classista (Chauvel, 1998; Peugny, 2009).

Vários autores demonstram que a sobre-educação conduz a um grau baixo de satisfação no trabalho dos diplomados (Battu, Belfield, e Sloane 1999; Mora, García-Aracil e Vila, 2007; Sánchez-Sánchez e Puente, 2014). Vieira (2005) corrobora essa tese para Portugal (período de 1994 a 1999).

**Quadro 5**  
**Satisfação face ao emprego e posicionamentos face à organização empregadora (médias)**

	A	B	C
Satisfação face ao emprego atual			
Desenvolvimento das capacidades intelectuais	3,91	3,87	2,80
Frequência de ações de formação profissional	3,10	2,91	2,34
Utilização dos conhecimentos e competências adquiridos na formação académica	3,98	3,31	2,53
Aprendizagem de novos conhecimentos e competências	3,89	3,91	3,17
Variedade das tarefas realizadas	3,76	3,80	3,10
Reconhecimento dos conhecimentos e competências	3,37	3,56	2,82
Prestígio da profissão desempenhada	3,60	3,63	2,75
Satisfação global com o emprego atual	3,61	3,66	3,03
Posicionamentos face à organização empregadora			
Trabalhar mais para o sucesso da organização	3,92	3,94	3,68
Identificação com organização	3,67	3,76	3,41
Recusa de um emprego mais bem remunerado, preferindo manter-se na organização	2,51	2,47	2,08

Legenda: A (Somente com um curso idêntico ao do inquirido); B (Com outro curso do ensino superior); C (Com um grau académico inferior ao do inquirido); D (Com um grau académico superior ao do inquirido).

É patente a descoincidência negativa entre expectativas profissionais construídas no decurso da formação académica e a condição laboral, marcada pela desclassificação, não obstante esta poder ser transitória no decurso da trajetória profissional. Em todos os fatores considerados<sup>61</sup>, no nosso estudo (Quadro acima), os diplomados sobre-educados distinguem-se pela sua insatisfação especialmente quanto à “Utilização dos conhecimentos e competências adquiridas na formação académica” e ao “Desenvolvimento das capacidades intelectuais”. Por sua vez, menor grau de satisfação global com o emprego atual e menor predisposição para se implicarem e participarem na organização onde se inserem<sup>62</sup>, face aos demais, caracterizam os sobre-educados.

<sup>61</sup> Numa escala de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito).

<sup>62</sup> Numa escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente).

Baixos salários e limitada satisfação no trabalho são dois dos efeitos da sobre-educação. Outros subsistem (Belfield, 2010; Arribas, 2009; European Commission, 2012; Bracke *et al*, 2013; Cededep, 2015; Sala, 2011): para os trabalhadores, obsolescência de conhecimentos e competências adquiridas na formação académica, quebra de expectativas e aspirações, redução da auto-confiança e ocorrência de estados depressivos, processos de *turn-over*, absentismo e rejeição/contestação da utilidade da formação académica; para os empregadores, abaixamento dos níveis de produtividade, da qualidade do trabalho, da inovação e participação, aumento dos custos de recrutamento e de formação e custos inerentes aos processos de substituição de mão-de-obra com o elevado *turn-over*; para a sociedade, perda do investimento feito em educação, aumento dos custos com o desemprego e acréscimo/reprodução de baixos níveis salariais.

**Quadro 6**  
**Razões para a não mudança de emprego (%) a)**

	B	C
Área científica do curso não tem qualquer importância	8,0	9,1
Estabilidade e segurança	44,5	37,7
Boa remuneração mensal	31,5	20,1
Sem oportunidade de ter outro emprego	25,0	48,1
Emprego interessante	62,5	8,1
Possibilita a conciliação com a vida familiar	21,5	27,3
Permite trabalhar na localidade preferida	21,0	20,1
Mais tempo livre	8,0	5,2
Flexibilidade do horário de trabalho	22,0	16,2
Emprego temporário com vista à obtenção no futuro do emprego desejado	16,5	28,6
Preferência de um emprego não relacionado com a área científica do curso	9,5	4,5

Legenda: B (Com outro curso do ensino superior); C (Com um grau académico inferior ao do inquirido).

Nota: a) questão de escolha múltipla.

“Sem oportunidade de ter outro emprego” e “Estabilidade e segurança” são as duas principais razões apontadas pelos inquiridos para se manterem no emprego desqualificante profissionalmente (Quadro 6). Ambas traduzem o contexto sócio-económico de meados do ano de 2014 - desemprego elevado, falência/reestruturação de empresas e desvalorização salarial, conformavam a vida quotidiana. “Emprego temporário com vista à obtenção no futuro do emprego”, encontra-se na terceira posição. Aspeto que nos conduz ao questionamento da duração temporal da sobre-educação. Na literatura assinalam-se duas posições opostas<sup>63</sup>. Uma primeira (Frei e Sousa-Poza, 2012; Diem e Wolter, 2014) que defende a natureza transitória da sobre-educação, que ocorre geralmente ao longo dos primeiros anos do ingresso no mercado de trabalho

<sup>63</sup> A diversidade de resultados é consequência, em parte, do uso de diferentes métodos de medida da sobre-educação, dos atributos sociais das populações em observação, embora a bibliografia indicada se referira aos diplomados e, principalmente, aos contextos sócio-temporais em que ocorrem as investigações.

e que, progressivamente, se extingue ou reduz ao longo da trajetória profissional (ou, mais propriamente, no decurso da mobilidade profissional), justificando-se, assim, a desclassificação profissional como um mero mecanismo de ajustamento.<sup>64</sup> Uma segunda posição, assente também na leitura das trajetórias no mercado de trabalho (Baert, Cockx e Verhaest, 2013; Dolton e Vignobles, 2000), demonstra que o prolongamento da sobre-educação para alguns trabalhadores impede o acesso a um emprego qualificado (quer por ser interpretada pelos empregadores como um sinal de uma procura não ativa de emprego ou de maus desempenhos profissionais, quer pela obsolescência dos seus conhecimentos e competências académicas), subsistindo, assim, uma exclusiva mobilidade entre empregos desclassificados (Sloane, Battu e Seaman, 1999). Sublinhe-se que poderá ser decisivo para uma trajetória profissional desclassificada o facto do sujeito ocupar o seu primeiro emprego na situação de sobre-educado (Sala, 2011).

## Conclusão

Entendemos o presente artigo como um contributo inicial para a reflexão acerca da sobre-educação dos diplomados. Observando a evolução da população empregada ao longo dos últimos quinze anos constata-se, de acordo com o método normativo, o avolumar de diplomados em empregos não qualificados face à sua formação académica (no quadro mais global da expansão da importância dos diplomados no seio da população empregada). Alguns eixos explicativos, num registo estritamente hipotético, podem ser avançados: deterioração da situação económica; agravamento do desemprego; incapacidade do sistema produtivo em disponibilizar empregos qualificados; a ampla oferta de diplomados; estratégias de recrutamento e uso da mão-de-obra pelos empregadores. Num plano mais micro, optamos por analisar a avaliação subjetiva que os diplomados da UPorto fazem da relação entre o seu curso e as funções profissionais do emprego que ocupavam em maio de 2014 (cerca de 67 meses após a conclusão do seu curso naquela universidade). Os resultados que obtivemos enfileiram globalmente com os apresentados em outras investigações. Os diplomados sobre-educados caracterizam-se por auferir salários mais reduzidos e terem uma limitada satisfação no trabalho. A área científica de formação é notoriamente uma das determinantes da sua condição laboral (importância das Artes e Humanidades e das Ciências Sociais, comércio e direito).

---

<sup>64</sup> Alpin, Shackleton e Walsh (1998), no seu trabalho acerca dos diplomados do Reino Unido, apontam para que não deva existir uma excessiva valorização da sobre-educação, porquanto constitui uma opção dos próprios, que é assumida como transitória.



Pode-se argumentar que a relevância da sobre-educação é limitada, atendendo aos valores apontados para Portugal e para a maioria dos países europeus. É uma postura que oculta a complexidade do fenómeno e as suas múltiplas dimensões e efeitos ao nível individual e sócio-económico. A comprovar a relevância da sobre-educação (bem como da sub-educação) no contexto europeu, estão as análises e as propostas de várias instâncias, em que é sublinhado a imperiosidade de uma redução substancial da mesma como um dos vetores para o crescimento económico, por via, em especial, do incremento da inovação, da I&D e da criação de emprego qualificado pelas empresas e da oferta no sistema de ensino (Cedefop, 2015; European Commission, 2012 e 2016). Em suma, ter em conta a qualidade do emprego e não atender apenas à sua quantidade.

## Bibliografia

- ALBA-RAMÍREZ, Alfonso (1993), “Mismatch in the Spanish Labor Market: Overeducation?”, *The Journal of Human Resources*, 28(2), pp. 259-278.
- ALLEN, Jim e WEERT, Egbert de (2007), “What do Educational Mismatches Tell Us About Skill Mismatches? A Cross-country Analysis”, *European Journal of Education*, 42(1), pp. 59-73.
- ALMEIDA, Maria Luísa P. P. de (2014), *Diplomados e mercado de trabalho. Estudo de uma instituição do ensino superior politécnico*, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação.
- ALPIN, Carmen; SHACKLETON, J. R. e WALSH, S. (1998), “Over and undereducation in the UK graduate labour market”, *Studies in Higher Education*, 23(1), pp. 17-34.
- ARRIBAS, Rafael Gobernardo (2009), “Consecuencias sociales y culturales de la sobreeducación” *Papers*, 91, pp. 81-102.
- ASSIRELLI, Guiulia (2015), “Credential and Skill Mismatches Among Tertiary Graduates: The effect of labour market institutions on the differences between fields of study in 18 countries”, *European Societies*, 17(4), pp. 535-568.
- BAERT, Stijn; COCKX, Bart e VERHAEST, Dieter (2013), “Overeducation at the start of the career: stepping stone or trap?”, *Labour Economics*, 25, pp. 123–140.
- BÁRCENA-MARTÍN, Elena; BUDRÍA, Santiago e MORO-EGIDO, Ana I. (2012), “Skill mismatches and wages among European university graduates”, *Applied Economics Letters*, 19(15), pp. 1471-1475.
- BARONE, Carlo e ORTIZ, Luís (2010), “Overeducation among European University Graduates: a comparative analysis of its incidence and the importance of higher education differentiation”, *Higher Education*, 61(3), pp. 325-337.
- BATTU, Harinder; BELFIELD, Clive R. e SLOANE, Peter J. (1999), “Overeducation Among Graduates: a cohort view”, *Education Economics*, 7(1), pp. 21-38.

- BAUDELLOT, Christian e GLAUDE, Michel (1989), “Les diplômes se dévaluent-ils en se multipliant?”, *Economie et statistique*, n° 225, pp. 3-15.
- BAUER, Thomas K. (2002), “Educational mismatch and wages: a panel analysis”, *Economics of Education Review* (21), pp. 221-229.
- BECKER, Gary S. (1964), *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. Chicago, University of Chicago Press.
- BÉDUWÉ, Catherine e GIRET, Jean-François (2011), “Mismatch of vocational graduates: What penalty on French labour market?”, *Journal of Vocational Behavior*, 78, pp. 68-79
- BELFIELD, Clive (2010), “Over-education: What influence does the workplace have?”, *Economics of Education Review*, 29(2), pp. 236-245.
- BELL, Daniel (1976), *The Corning of Post-Industrial Society*, New York, Basic Books.
- BERG, Ivar (1970), *Education and Jobs: The Great Training Robbery* Nova York, Percheron Press.
- BILLS, David (2004), *The Sociology of Education and Work*, Oxford, Blackwell.
- BLÁZQUEZ, Maite e BUDRÍA, Santiago (2012), “Overeducation dynamics and personality”, *Education Economics*, 20 (3), pp. 260-283.
- BOUDARBAT, Brahim e CHERNOFF, Victor (2009), “The Determinants of Education-Job Match among Canadian University Graduates”, *IZA Discussion Paper*, N°. 4513.
- BOURDIEU, Pierre (1978), “Classement, déclassement, reclassement”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 24(1), pp. 2-22.
- BRACKE, Piet; PATTYN, Elise e KNESEBECK, Olaf von dem (2013), “Overeducation and depressive symptoms: diminishing mental health returns to education”, *Sociology of Health & Illness*, 35 (8), pp. 1242-1259.
- BUHEL, Felix e BATTU, Harinder (2003), “The Theory of Differential Overqualification: does it work?”, *Scottish Journal of Political Economy*, 50 (1), pp. 1-16.
- BUDRÍA, Santiago e MORO-EGIDO, Ana I. (2009), “The Overeducation Phenomenon in Europe”, *Revista Internacional de Sociología*, 67 (2), pp. 329-345.
- CARMO, Renato Miguel do e CANTANTE, Frederico (2015), “Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 77, pp. 33-51.
- CEDEFOP (2010), *The skill matching challenge: analysing skill mismatch and policy implications*, Luxemburgo, Publications Office of the European Union
- (2012), *Skill mismatch: The role of the enterprise*, Luxemburgo, Publications Office of the European Union.
- (2015), *Skills, qualifications and jobs in the EU: the making of a perfect match? Evidence from Cedefop's European skills and jobs survey*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- CEREJEIRA, João; PORTELA, Miguel; SÁ, Carla e ALEXANDRE, Fernando (2007), *Os Fluxos e as Remunerações de Sub e Sobre-Escolarizados em Portugal no Período 1995-2005*. Braga, Universidade do Minho.
- CHABOULT, Vincent (2008), “Sur-éducation et déclassement socioprofessionnel dans l'accès à l'emploi: état des lieux des publications nord-américaines et françaises”, *Revue des sciences de l'éducation*, 34

(1) pp. 185-202..

CHAUVEL, Louis (1998), *Le destin des générations. Structure sociale et cohortes en France au XX<sup>e</sup> siècle*, Paris, PUF.

CHEVALIER, Arnaud (2003), “Measuring Over-education”, *Economica* (70), pp. 509–531.

COLEMAN, James (1990), *Foundations of Social Theory*, Cambridge, MA, Harvard University Press.

CROCE, Giuseppe e GHIGNONI, Emanuela (2012), “Demand and Supply of Skilled Labour and Overeducation in Europe: A Country-level Analysis”, *Comparative Economic Studies*, 54(2), pp. 413-439.

CUTILLO, Andrea e DI PIETRO, Giorgio (2006), “The effects of overeducation on wages in Italy: a bivariate selectivity approach”, *International Journal of Manpower*, 27(2), pp. 143-168.

DAVIA, Maria A; MCGUINNESS, Seamus e PHILIP, J. O’Connell (2010), “Explaining International Differences in Rates of Overeducation in Europe”, *Esri Working Papers*, n° 365, pp. 1-21.

DI PIETRO, Giorgio e URWIN, Peter (2006), “Education and skills mismatch in the Italian graduate labour market”, *Applied Economics*, 38:1, 79-93.

DIEM, Andrea e WOLTER, Stefan C. (2014), “Overeducation among Swiss university graduates: determinants and consequences”, *Journal for Labour Market Research*, 47(4), pp. 313-328.

DOLTON, Peter e SILLES, Mary (2001), *Over-Education in the Graduate Labour Market: Some Evidence from Alumni Data*. London, Center for the Economics of Education.

DOLTON, Peter e VIGNOLES, Anna (2000), “The incidence and effects of overeducation in the U.K. graduate labour market”, *Economics of Education Review* 19, pp. 179–198.

DURU-BELLAT, Marie (2006), *L’inflation scolaire – Les désillusions de la méritocratie*, Paris, Éditions du Seuil & La République des Idées.

ESTEBAN, Agustín Rodríguez (2013), *El ajuste entre formación y empleo de los universitarios en España*. Universidad de León, Tese de Doutoramento.

EUROFOUND (2008), “More and better jobs. Patterns of employment expansion in Europe”, *ERM REPORT 2008*, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

- (2015), *Upgrading or polarisation? Long-term and global shifts in the employment structure: European Jobs Monitor 2015*, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

EUROPEAN COMMISSION (2010), *An agenda for new skills and jobs: a European contribution towards full employment*, (European Commission Ed.), Bruxelas.

- (2012), *Employment and Social Developments in Europe 2012*, Bruxelas, Publications Office of the European Union.

- (2016), *Employment and Social Developments in Europe 2015*, Bruxelas, Publications Office of the European Union.

EUROSTAT (2011), *Comuniqué de Press*, STAT/11/180, Bruxelas: Eurostat.

EURYDICE (2015), *L’espace européen de l’enseignement supérieur en 2015: rapport sur la mise en oeuvre du processus de Bologne*. Luxembourg: Office des publications de l’Union européenne.

FERNANDEZ-MACIAS, Enrique (2012), “Job Polarization in Europe? Changes in the Employment Structure and Job Quality, 1995-2007”, *Work and Occupations*, 39(2), pp. 157-182.

- FIGUEIREDO, Hugo; TEIXEIRA, Pedro e RUBERY, Jill (2013), “Unequal futures? Mass higher education and graduates' relative earnings in Portugal, 1995–2009”, *Applied Economics Letters*, 20(10), pp. 991-997.
- FLISI, Sara, *et al.* (2014), *Occupational mismatch in europe: understanding overeducation and overskilling for policy making*. Bruxelas: European Commission.
- FORGEOT, Gérard e GAUTIÉ, Jérôme (1997), “Insertion professionnelle des jeunes et processus de déclassement”, *Économie et Statistique*, 304-305, pp. 53-74
- FREEMAN, Robert (1976), *The Overeducated American*, Academic Press.
- FREI, Christa e SOUSA-POZA, Alfonso (2012), “Overqualification: permanent or transitory?”, *Applied Economics*, 44(14), pp. 1837-1847.
- GALLIE, Duncan, *et al.* (1998), *Restructuring the Employment Relationship*, Oxford, Clarendon Press.
- GHIGNONI, Emanuela (2011), “Young workers’ overeducation and cohort effects in “P.I.G.S.” countries versus the Netherlands: a pseudo-panel analysis”, *Working Paper, Dipartimento di Economia Pubblica*, n° 147, Roma, Sapienza University of Rome.
- GHIGNONI, Emanuela e VERASHCHAGINA, Alina (2014), “Educational qualifications mismatch in Europe. Is it demand or supply driven?”, *Journal of Comparative Economics*, 42(3), pp. 670-692.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2006), *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- (2009), “Desenvolvimento do estudo: notas teórico-metodológicas” em Carlos Manuel, (coord.), *Licenciados, Precariedade e Família*. Porto: Estratégias Criativas. pp. 17– 58.
  - (2009a), “Transição da universidade para o trabalho” em GONÇALVES, Carlos Manuel (coord.) - *Licenciados, Precariedade e Família*. Porto: Estratégias Criativas. p. 59–123.
  - (2010), “Emprego dos licenciados universitários” em Carmo, Renato Miguel (org.), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 181-189.
  - (2013), “Jovens e desemprego: algumas notas” em Brandão, Ana Maria e Marques, Ana Paula (org.) *Jovens Trabalho e cidadania: Que sentido(s)?*, Braga, Centro de Investigação em Ciências Sociais/Universidade do Minho, pp. 8-18.
  - (2017), “Desemprego e precariedade dos diplomados universitários” em VELOSO, Luísa *et al.* *Anarquismo, Trabalho e Sociedade*, Lisboa, Almedina, pp. 301-344.
- GONÇALVES, Carlos Manuel e MENEZES, Isabel (2011), *Transição para o trabalho dos diplomados pela Universidade do Porto em 2009*, Porto, Universidade do Porto/Observatório do Emprego.
- (2012), *O Emprego dos Diplomados em 2010 da Universidade do Porto*, Universidade do Porto/Observatório do Emprego.
  - (2014), *Diplomados (2011) da Universidade do Porto – Situação do Mercado de Trabalho em 2013*. Universidade do Porto/Observatório do Emprego.
  - (2014a), *Universidade do Porto: mercado de trabalho e diplomados (cinco anos após a graduação em 2008)*. Universidade do Porto/Observatório do Emprego.

GONÇALVES, Carlos Manuel, MENEZES, Isabel e MARTINS, Clara (2009), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2005/06)*. Porto, Universidade do Porto/Observatório do Emprego, documento policopiado.

- (2009a), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2006/07)*. Porto, Universidade do Porto/Observatório do Emprego, documento policopiado.

- (2010), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2007/08)*. Porto, Universidade do Porto/Observatório do Emprego.

- (2011), *Situação face ao emprego dos licenciados pela Universidade do Porto em 2004-2005*. Porto, Universidade do Porto/Observatório do Emprego.

GOOS, Maarten; MANNING, Alan e SALOMONS, Anna (2009), “Job Polarization in Europe”, *American Economic Review*, 99(2), pp. 58-63.

GREEN, Francis e MCINTOSH, Steven (2007) “Is there a genuine underutilization of skills amongst the over-qualified?”, *Applied Economics*, 39:4, 427-439.

GROOT, Wim e BRINK, Henriëtte Maassen Van den (2000), “Overeducation in the labor market - a meta-analysis”, *Economics of Education Review*, 19(2), pp.149–158.

HARTOG, Joop (2000), “Over-education and earnings: where are we, where should we go?”, *Economics of Education Review* (19), pp. 131–147.

ILO (2013), *Global Employment Trends for Youth 2013: A generation at risk*, Geneve, International Labour Office, Department of Statistics.

- (2014), *Skills mismatch in Europe: statistics brief*, Geneva, International Labour Office, Department of Statistics.

IRIONDO, Iñaki e PÉREZ-AMARAL, Teodosio (2015), “The effect of educational mismatch on wages in Europe” *Journal of Policy Modeling* (2016).

JOVANOVIĆ, Boyan (1979), “Job Matching and the Theory of Turnover”, *The Journal of Political Economy*, 87(5), pp. 972-990.

KIKER, B. F., SANTOS, Maria C. e OLIVEIRA, M. Mendes de (1997), “Overeducation and Undereducation: evidence for Portugal”, *Economics of Education Review*, 16(2), pp. 111-125.

KOVÁCS, Ilona (2002), *As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação*, Oeiras, Celta Editora.

KUCEL, Aleksander (2011), Literature Survey of the Incidence of Over-education: A Sociological Approach, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 134, pp. 125-142.

LEMISTRE, Philippe (2007), “Diplômes et emplois occupés par les jeunes. Une correspondance à revoir”, *Note Lirhe* 438 (07-1), pp. 1-26.

LEUVEN, Edwin e OOSTERBEEK, Hessel (2011), “Overeducation and mismatch in the labor market”, in Erik. A. Hanushek; Stephen Machin; Ludger Woessmann (eds.), *Handbook of the Economics of Education*, North Holland, Amsterdam, pp. 283–326.

MARSDEN, D.; LUCIFORA, Claudio; OLIVER-ALONSO, J. e GUILLOTIN, Y. (2002), *The Economic Costs of the Skills Gap in the EU*, Istituto per la Ricerca Sociale, Milan, Italy.

- MAURITTI, Rosário e MARTINS, Susana da Cruz (2007), “Estudantes do ensino superior: condições de vida e contextos sociais”, in Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila orgs., *Sociedade do Conhecimento*, (Portugal no Contexto Europeu, vol. II), Oeiras, Celta Editora, pp. 85-101.
- MAVROMARAS, K. M., *et al.* (2010), “Job Mismatches and Labour Market Outcomes: Panel Evidence on Australian University Graduates”, Bona, *IZA Discussion Paper*, nº 5083.
- MCGUINNESS, Séamus (2006), “Overeducation in the Labour Market”, *Journal of Economic Surveys*, 20(3), pp. 387-445.
- MCGUINNESS, Séamus, BERGIN, Adele e WHELAN, Adele (2015), A Comparative Time Series Analysis of Overeducation in Europe: Is there a common policy approach?, STYLE Working Papers, Brighton, University of Brighton.
- MORA, José-Ginés; GARCÍA-ARACIL, Adela e VILA, Luis E. (2007), “Job satisfaction among young European higher education graduates”, *Higher Education* (53), pp. 29–59.
- MORGADO, A. *et al.* (2015), “Measuring Labour Mismatch in Europe”, *Social Indicators Research*, pp. 1-19.
- MURDOCH, Jake e JEAN-JACQUES, Paul (2007), “Links between knowledge and work and appropriate employment”, In Ulrich Teichler, *Carreers of University Graduates*, NY, Springer, pp. 143-158.
- NUNEZ, Imanol e ILIAS, Livanos (2010), “Higher education and unemployment in Europe: an analysis of the academic subject and national effects”, *Higher Education*, 59, pp. 475–487.
- OECD (2011), “Right for the Job: Over-Qualified or Under-Skilled?”, In *OECD Employment Outlook* 2011, pp. 191-233.
- OESCH, Daniel e RODRIGUEZ, Jorge (2009), “Upgrading or polarization? Occupational change in Britain, Germany, Spain and Switzerland”, 1990-2008, *DemoSoc Working Paper*, 32, pp. 1-36.
- OLIVEIRA, M. Mendes; SANTOS, M. C. e KIKER, B. F. (2000), “The role of human capital and technological change in overeducation”, *Economics of Education Review*, N°19, pp. 199–206.
- ORDINE, Patrizia e ROSE, Giuseppe (2009), “Overeducation and instructional quality: a theoretical model and some facts”, *Journal of Human Capital*, 3, pp.73–105.
- ORDINE, Patrizia e ROSE, Giuseppe (2011), “Inefficient self-selection into education and wage inequality”, *Economics of Education Review*, 30, pp. 582–597.
- ORTIZ, Luís e KUCCEL, Aleksander (2008), “Do Fields of Study Matter for Over-education? The Cases of Spain and Germany”, *International Journal of Comparative Sociology*, 49(4-5), pp. 305-327.
- PEUGNY, Camille (2009), *Le Déclassement*, Paris, Grasset.
- QUINTINI, Glenda (2011), “Over-qualified or Under-skilled: A review of the existing literature”, OECD *Social Employment and Migration working papers*, N° 121, Paris, pp 1-47.
- RAMOS, Madalena; PARENTE, Cristina e SANTOS, Mónica (2014), “Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional”, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 40(2), (abr./jun. 2014.), pp. 383-400.
- REIMER, David; NOELKE, Clemens e KUCCEL, Aleksander (2008), “Labor Market Effects of Field of Study in Comparative Perspective. An Analysis of 22 European Countries”, *International Journal of*

- Comparative Sociology*, 49 (4-5), pp. 233-256.
- ROSÉ, José (1998), *Les jeunes face à l'emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- RUMBERGER, R. W. (1981). *Overeducation in the USA Labor Market*, Nova York, Praeger Ed.
- SALA, Guillem (2011), “Approaches to Skills Mismatch in the Labour Market: A Literature Review”, *Papers* 96(4), pp. 1025-1045.
- SALAS-VELASCO, Manuel (2006), “The transition from higher education to employment in Europe: the analysis of the time to obtain the first job”, *Higher Education*, 54(3), pp. 333-360.
- SÁNCHEZ-SÁNCHEZ, Nuria e PUENTE, Adolfo. C. F. (2014), “Desajuste educacional y de competencias: efectos diferenciales sobre la satisfacción laboral. Un estudio aplicado al mercado de trabajo español”, *Estudios de Economía*, 41(2), pp. 281-281.
- SANTOS, Maria Clementina; OLIVEIRA, Manuel Mendes de e BANCO de PORTUGAL (2002), *Qualification requirements and education attainment in Portugal, 1985-1997*, Lisboa, Banco de Portugal.
- SCHOMBURG, Harald e TEICHLER, Ulrich (2006), *Higher education and graduate employment in Europe*, New York, Springer.
- SGOBBI, Francesca e SULEMAN, Fátima (2013), “A methodological contribution to measuring (mis)match”, *The Manchester School*, 81(3), pp. 420-437.
- SLOANE, Peter J. (2002), “Much ado about nothing? What does the over-education literature really tell us?”, *Keynote Address, International Conference on Over-education in Europe: What Do We Know*, Berlim.
- SLOANE, Peter J.; BATTU, Harminder e SEAMAN, Paul T. (1999), “Overeducation, undereducation and the British labour market”, *Applied Economics*, 31 (11), pp. 1437-1453.
- SMETHERHAM, Claire (2006), “Firsts among equals? Evidence on the contemporary relationship between educational credentials and the occupational structure”, *Journal of Education and Work*, 19(1), pp. 29-45.
- SOUSA, Luís (2010), *Diplomas e (Des)Emprego: um estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SPENCE, Michael (1973), “Job market signalling”, *Quarterly Journal of Economics*, 87(3), pp. 335-374.
- TEBOUL, Bruno (2016), *L'Uberisation, l'automatisation.. Le travail, les emplois de la seconde vague du numérique. Big Data et Emploi: Séminaire en Economie*. hal-01265304.
- TEICHLER, Ulrich (2007), “Does Higher Education Matter? Lessons from a Comparative Graduate Survey”, *European Journal of Education*, 42(1), pp.11-34.
- TEIXEIRA, Pedro; CEREJEIRA, João; Marta, SIMÕES; SÁ, Carla e PORTELA Miguel (2014), “Educação, economia e capital humano - notas sobre um paradoxo”, in AA.VV, *A Economia Portuguesa na União Europeia - 1986-2010*, Lisboa, Actual, pp. 329-356.
- THUROW, Lester C. (1975), *Generating inequality: mechanics of distribution in the US economy*, New York, Basic Books.
- TRIVENTI, Moris (2011), *The role of higher education stratification in the reproduction of social inequality in the labour market. A comparative study of recent European graduates*, MPRA Paper N°.

35996

- VENDRAMIN, Patricia (2004), *Le travail au singulier : le lien social à l'épreuve de l'individualisation*, Paris, L'Harmattan.
- VERHAEST, Dieter e OMEY, Eddy (2006), “The Impact of Overeducation and Its Measurement”, *Working Paper*, nº. 215 (fev 2004), Ghent.
- VERHAEST, Dieter e VELDEN, Rolf van der (2013), “Cross-country Differences in Graduate Overeducation”, *European Sociological Review*, 29(3), pp. 642-653.
- VIEIRA, José António Cabral (2005), “Skill mismatches and job satisfaction”, *Economics Letters*, 89(1), pp. 39-47.
- VULTUR, Mircea (2014), *La surqualification au Québec et au Canada*, Québec, Presses de l'Université Laval.
- WOLBERS, Maarten. H. J. (2003), “Job Mismatches and their Labour-Market Effects among School-Leavers in Europe”, *European Sociological Review*, 19 (Nº 3), pp. 249-266.

**Carlos Manuel Gonçalves.** Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal) e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal).  
Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. E-mail: cmgves@letras.up.pt

Artigo recebido em 13 de janeiro de 2017. Publicação aprovada em 20 de junho de 2017.



**Anexo I**  
**Grupos profissionais por nível de habilitações a)**

	2000			2010			2011 b)			2015		
	B	M	S	B	M	S	B	M	S	B	M	S
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas												
Linha %	76,4	14,1	9,5	52,9	17,5	28,7	50,8	20,9	27,4	38,8	26,0	35,0
Coluna %	6,6	8,2	7,0	4,9	6,0	10,4	5,2	6,7	9,1	5,1	6,9	9,2
Especialistas das profissões intelectuais e científicas												
Linha %	3,4	9,1	86,1	2,0	5,9	91,7	1,8	6,8	90,8	1,4	6,9	91,3
Coluna %	0,3	5,2	62,7	0,3	3,3	55,2	0,4	5,0	69,2	0,5	5,0	65,4
Técnicos e profissionais de nível intermédio												
Linha %	36,7	36,0	27,1	25,4	37,7	36,7	33,7	44,8	21,4	26,6	46,3	27,0
Coluna %	3,5	23,4	22,4	3,7	20,5	21,4	4,8	20,1	9,9	6,0	21,3	12,3
Pessoal administrativo e similares												
Linha %	57,4	36,8	5,4	43,4	43,6	12,9	35,7	49,4	14,6	29,4	52,7	17,7
Coluna %	7,2	31,1	5,8	6,1	22,5	7,1	4,8	21,1	6,5	4,5	16,2	5,4
Pessoal dos serviços e vendedores												
Linha %	83,4	15,1	1,5	70,5	25,3	4,2	67,6	28,6	3,9	56,8	36,0	7,1
Coluna %	13,9	17,0	2,1	17,1	22,7	4,0	18,0	23,9	3,4	19,4	25,0	4,9
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas												
Linha %	99,0			96,7	2,5		95,9	3,1	1,0	92,4	6,0	1,6
Coluna %	14,3			16,1	1,5		15,5	1,6	0,5	13,1	1,7	0,5
Operários, artífices e trabalhadores similares												
Linha %	96,6	3,0		89,9	9,3	0,8	88,9	10,3	0,8	80,6	17,9	1,5
Coluna %	26,9	5,7		24,5	9,4	0,8	22,8	8,3	0,7	20,1	9,1	0,7
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem												
Linha %	93,6	6,3		87,1	13,7		87,9	11,7		79,8	17,5	1,8
Coluna %	10,4	4,7		10,6	5,4		11,9	5,0		14,0	6,3	0,6
Trabalhadores não qualificados												
Linha %	95,9	3,9		86,4	12,3	1,4	85,1	13,7	1,2	78,8	19,1	2,1
Coluna %	17,0	4,7		16,7	8,7	1,1	16,5	8,4	0,8	17,3	8,5	0,9
TOTAL (1.000 indivíduos)	3947,0	583,4	459,2	3187,6	864,5	808,4	2893,8	919,9	886,2	2268,3	1116,8	1128,3

Legenda: a) Nível de habilitações: B (até ao 3º ciclo do ensino básico inclusive); M (ensino secundário e post-secundário não superior); S (ensino superior). Utilizamos a o efeito a Classificação Internacional Normalizada da Educação. b) Quebra de série; a Fonte: Inquérito ao Emprego